

# **GLOBALIZAÇÃO E MUDANÇA: A REESTRUTURAÇÃO NAS CIDADES LATINO-AMERICANAS. O CASO DA CIDADE SÃO PAULO (BRASIL)**

**Paulo César Xavier Pereira**  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Universidade de São Paulo  
pcxperei@usp.br

## **Introdução**

Este texto discute a reestruturação das cidades latino-americanas no contexto da globalização como fator de mudança sócio-espacial. Nele se discute a emergência de novos espaços, como reestruturação da cidade em São Paulo que poderia estar associada a um novo modelo de cidade latino-americana. Essa discussão objetiva mostrar como o surgimento destas novas formas ocorre no bojo da reestruturação imobiliária associado à expansão da metrópole e à reestruturação produtiva fator de fragmentação do espaço urbano e de mudanças em aspectos significativos da metrópole paulista. Até que ponto essas mudanças permitiriam caracterizar a emergência de uma nova “cidade” na América Latina?

Esses objetivos e indagação conduzem a discussão sobre a reestruturação e a metropolização como enfoques alternativos para o estudo das mudanças nas cidades latino-americanas em face importância dada a globalização em vários estudos. Ela terá seu foco no caso de São Paulo propondo um entendimento da expansão metropolitana e da mudança na dinâmica imobiliária como uma reestruturação imobiliária considerada como mediação sócio-espacial entre a processos mais abstratos e globais com processos materiais e locais. Assim, esta discussão da emergência de uma nova “cidade” se desdobra numa reestruturação que caracteriza de um lado a mudança da urbanização tendo em vista o esgotamento do padrão periférico de crescimento da cidade típico da fase de industrialização por substituição de importações e, de outro, o surgimento de novos produtos imobiliários caracterizando um espaço metropolitano

tendo em vista os artefatos arquitetônicos e urbanos (monumentais) destinados ao consumo das classes altas e às formas contemporâneas de reprodução do capital. Por fim, na conclusão se retoma a indagação inicial e ensaia a construção de um “paradigma” para discutir essas mudanças pela ótica da reestruturação imobiliária e compreensão da diversidade de formas de produção do espaço urbano.

Desta maneira, neste texto se busca retomar aspectos da discussão sobre a interação dos processos sociais e processos sociais procurando avançar os resultados de análise sobre a cidade de São Paulo a partir de consideração de que a interação desses processos subordinados á globalização manifestam-se na produção e oferta de produtos imobiliários semelhantes— centros empresariais, escritórios, flats, hotéis, shoppings centers, urbanização cerradas, etc. em diferentes cidades latino-americanas. Em simultâneo a essa produção começa a se organizar um espaço metropolitano, que tende a universalizar uma nova maneira de segregar e discriminar grupos e atividades sociais nas cidades contemporâneas. Será que a cidade emergente corresponde a uma nova dinâmica imobiliária, uma reestruturação?

Assim, a noção de reestruturação imobiliária serviria para compreender as descontinuidades da cidade que se associam às rupturas sociais mais amplas. Este é, sobretudo um processo que não se deve segmentar, porque não é e nunca ocorre em separado: o social e o espacial. Segundo Massey (1985 e 2006) não há processos puramente espaciais e nem processos sociais não-espaciais, trata-se de algo indivisível, que a análise jamais deveria decompor, mas refinar.

Para refinar o uso do conceito de globalização se buscará uma aproximação á situação concreta das mudanças na América Latina a partir de duas contribuições. A primeira é uma conclusão de Grison et alli. (2005, 38) para quem “el fin del modelo sustitutivo y la llegada del neoliberal, tuvieron un efecto significativo en la reorganización del sistema urbano es incontrovertible.” Aqui neoliberalismo se confunde com globalização porque apontam para o futuro da cidade com idéia de uma urbanização organizada, sobretudo, pelo livre mercado, uma cidade privatizada. Não vamos retomar os fatos que fundamentam esta ruptura com a fase da industrialização por substituição de

importações para avançar os argumentos de Mattos (2002) que discute os diferentes impactos da globalização na América Latina.<sup>1</sup>

Essas contribuições alertam que há vários processos embutidos no que se considera globalização (ou neoliberalismo) e que este atinge de maneira diferenciada os países. “Todos los países latinoamericanos, en mayor o menor medida, están viviendo profundas transformaciones derivadas de los avances de los procesos de reestructuración socioeconómica y de difusión y adopción de las nuevas tecnologías de la información y de la comunicación, como partes constitutivas del fenómeno de la globalización.” (Mattos, 2002, 5)

Atento a essas contribuições se procura apontar para nível e intensidade da mudança das cidades. Hoje as desigualdades são tão multifacetada que nenhuma dualidade parece dar conta dos conflitos urbanos. Tanto que argumentamos que no espaço metropolitano oposições duais se tornaram insuficientes: tradicional/moderno, formal/informal, dentro/fora, centro/periferia, rudimentar/industrial... E é essa compreensão mais complexa dos conflitos e híbrida da cidade latino-americana que procuraremos avançar ao propor a idéia de reestruturação imobiliária, como uma tentativa de melhor articular e compreender os processos de globalização, reestruturação e expansão metropolitana em suas múltiplas determinações.<sup>2</sup>

### **1. Reestruturação e expansão metropolitana: O caso de São Paulo**

Aqui se propõe uma discussão sobre a globalização, a reestruturação e a metropolização como alternativas teóricas para a compreensão da transformação recente das metrópoles latino-americanas. Considera-se a expansão metropolitana em São Paulo como geradora de um novo tipo de espaço e se constitui em descontinuidade com a herança imediata e num dos processos sócio-espacial gerador do novo tipo de fato urbano de caráter metropolitano: um novo tipo de cidade?

O fato é que tamanha expansão urbana tende a constituir uma nova paisagem que tem sido percebida de diferentes maneiras e tem estimulado criação de várias denominações para designar as cidades. O mais freqüente é adjetivar a palavra cidade com alguma qualidade considerada nova: corporativa, dual, fractal, global, mundial,

região, etc. Todavia, seja qual for a denominação, a quantidade de adjetivações revela que as características desse processo precisa ser esclarecido. Vivemos situações transitórias em que continuidades e descontinuidades ou a combinação de diferentes condicionantes e formas de produção e apropriação do espaço estão a exigir melhores estudos.

Desse ponto de vista cabe tentar esclarecer algo do conceito de reestruturação imobiliária. Ele é duplo, articulado e diferenciado abrangendo o social e o espacial. Há diferentes denominações para os processos de reestruturação: produtiva; industrial, metropolitana, urbana, etc. Note-se que a reestruturação produtiva e industrial estaria mais próxima da dos fenômenos que denominamos globalização, enquanto que reestruturação metropolitana e urbana, pela ênfase na dimensão espacial, estariam mais próximas do que conceituamos como metropolização. Aqui propomos a utilização de reestruturação imobiliária no sentido de identificar a mediação desses processos – globalização e metropolização - , procurando compreender o sentido do que seria específico da produção social do espaço na expansão metropolitana sob a intensa globalização contemporânea.

No caso da reestruturação produtiva e industrial haveria uma ênfase maior para os processo sociais. No outro, reestruturação metropolitana e urbana tratar-se-ia de uma ênfase em questões, sobretudo espaciais. A reestruturação imobiliária seria uma mediação do que indevidamente se enfatiza no entendimento separado do espacial e do social, reconstruiria a unidade dos processos.<sup>3</sup> A reestruturação imobiliária seria uma mediação que unifica essas duas dimensões do processo sócio-espacial, seria como se nessa idéia se preferisse enfatizar a articulação e não o que é articulado, quase que criando um terceiro termo entre o espacial e o social: o imobiliário. Nesse sentido, a reestruturação imobiliária estaria se referindo tanto a reprodução industrial como à reprodução urbana e seria indicativa de reestruturação que estaria ocorrendo em diferentes campos e dimensões. Por exemplo, na produção e no consumo da cidade, reestruturação imobiliária estaria se referindo a que novas formas de produção ou de incorporação na construção estariam resultando em novos artefatos arquitetônicos e urbanos na expansão da metrópole.

Assim, reestruturação imobiliária estaria afinando, de um lado, com a noção de reestruturação produtiva, entendida como mudanças dizendo respeito à produção imobiliária, introdução de elementos novos e reorganização da incorporação imobiliária determinante da indústria da construção civil e, de outro lado, estaria se afinando com aspectos novos e determinantes da reestruturação urbana, por exemplo, mudanças nos condicionantes da habitação. Há poucas dúvidas de que estejamos assistindo ao surgimento de novas soluções e alternativas habitacionais para as famílias das mais variadas classes sociais, que modificam a maneira de morar tanto das famílias mais ricas como das mais pobres. Quanto à habitação reconhece-se que esta ocorrendo uma verdadeira polarização social para uns o condomínio fechado ou o vertical num extremo, para o extremo mais pobre esta sobrando o insólito, inclusive as ruas. Tudo isso indica que estamos vivendo um momento de verdadeira reestruturação do processo de reprodução capitalista, em todos os níveis e em toda a sua estrutura a partir do qual pode-se constituir uma nova fase.<sup>4</sup>

O uso da palavra reestruturação não parece abusiva para dizer que houve mudança, mesmo quando se reconhece que na prática a função da estrutura continua a mesma; ou seja, que a reprodução social urbana continua acontecendo em termos capitalista. Não é esse o caso da noção de reestruturação industrial que indica uma organização nova do trabalho e que uma estrutura de acumulação se desfaz, mas se remonta para continuar funcionando a acumulação de capital. Ela é uma palavra derivada da palavra estruturação, significando estruturar de novo. Mas, o significado da palavra reestruturação não se tolhe como o entendimento de estrutura ou estruturação, onde uma estrutura fechada é apreendida como um sistema acabado. Na reestruturação não se entende a estrutura como uma totalidade fechada, rompe-se com esta paralisação do movimento e recupera-se a totalidade dos processos sociais e, por isso, se evidencia que uma estruturação não pode ser compreendida como a somatória de suas partes, porque tal como a estrutura contém predicados e qualidades, que vão além e diferem do de suas partes.

Da mesma maneira pensamos que as propriedades do processo de reestruturação imobiliária transcendem as propriedades das partes constitutivas e determinações que articula. Não só porque reestruturação é, simultaneamente, registro e produto de um

momento da história e, assim, contém continuidades e descontinuidades que poderiam constituir fases mais duráveis; mas também porque o imobiliário articula com outros campos em reestruturação: o industrial e o urbano. A reestruturação imobiliária, no tempo e no espaço contemporâneo, incorpora e se afina com outras reestruturações presentes ou que se presentificam (apesar de não se constituírem em formas modernas de propriedade), como novas formas de propriedade que anunciam um tempo futuro para a propriedade imobiliária (não seria este o caso do time-sharing, copropriedade, multipropriedade que verificam, por exemplo, em flats e shopping-centers). Em outros termos, há na reestruturação imobiliária a combinação de processos que não foram alcançados pelas análises da reestruturação industrial e nem da produção, embora estejam ali contidas nas estruturas da indústria imobiliária e poderiam revelar uma dinâmica nova ainda que sempre percebida pela convivência com o passado e pelo envelhecido. Assim, na reestruturação imobiliária esta a emergência do espaço não só da nova forma de produção, mas do novo tipo de produto, de uma cidade latino-americana, como diz Mattos (1999 e 2002) que esta se constituindo e sendo percebida pelo surgimento de (novos) artefatos arquitetônicos e urbanos com outras dimensões e importância.

Isso significa que a compreensão da reestruturação imobiliária não pode ter como referência uma totalidade fechada; até porque presentifica uma lógica histórica em que sua constituição sócio-espacial precisa ser apreendida como estruturante da expansão metropolitana. Essa lógica é a da dinâmica imobiliária e compreensão geohistórica dessa lógica (em sua contemporaneidade) tornou-se fundamental para se entender o nexos que se monta na articulação dos processos de reestruturação da produção (e do consumo) do espaço. Não é apenas a questão da apreensão de seu duplo aspecto – produção e consumo urbano – mas da necessidade de apreensão do conjunto dos elementos dessa totalidade sócio-espacial: simultaneamente, globalizada e metropolitana.

Em suma, e valorizando adjetivação, com o emprego do termo imobiliário tem que se colocar a reestruturação em seu devido lugar; ou seja, entendida como uma estruturação imobiliária nova que se impõe por se associar às forças antigas (por isso poderia ser considerada uma forma de poder do atraso) mas que, ao mesmo tempo são

germes de um futuro. Deve se pensar, pois a reestruturação imobiliária como uma totalidade dialética e não sistêmica, em processo e não acabada, como articulação de campos e não um campo isolado industrial ou urbano. Algo que se origina e desdobra espacialmente da duplicidade social dos processos de industrialização e de urbanização.

Assim, estamos diante de uma fase do capitalismo na qual a metamorfose da forma social da produção industrial da cidade gesta *na e com* a metamorfose na forma espacial da cidade. Já se foi a época em que a relação entre a forma social da produção industrial era a fábrica e a forma espacial da cidade era a cidade industrial com seus limites claramente demarcados pela concentração industrial e do trabalho. Essa relação entre fábrica e cidade, teve seu modelo acabado a partir do capitalismo industrial do século XIX, na América Latina no século XX. Como notaremos adiante, nas cidades latino-americanas essa forma foi menos concentrada e a cidade tornou-se espalhada e dispersa sobretudo pelas condições de exploração do trabalho que jogava para o trabalho os custos de construir a sua casa em áreas menos urbanizadas e distantes.

Mas, na passagem do século em várias cidades, por exemplo, emergem as empresas corporativas multinacionais e crescem extensivamente os seus subúrbios reforçando o papel regional e nacional exercido por uma área metropolitana policêntrica. Considerando o caso de São Paulo, Milton Santos (1990), fala da conformação de uma cidade corporativa. “A enorme expansão dos limites territoriais da área metropolitana construída, a presença na aglomeração de uma numerosa população de pobres e a forma como o Estado utiliza os seus recursos para a animação das atividades econômicas hegemônicas em lugar de responder às demandas sociais conduzem à formação do fenômeno a que chamamos de *metrópole corporativa* e considerando os demais como questões residuais.” (Santos, 1990, 95-97) (grifado no original)

Identifica, assim, o momento em que emerge a forma sócio-espacial dominante do capitalismo contemporâneo substituindo a cidade antiga do capital concorrencial, segue sendo materialização das grandes empresas capitalistas, agora corporativas e multinacionais: metamorfose para uma cidade que se expressa numa forma

metropolitana centralizada em São Paulo, a sede que lhe empresta o nome, e fragmentada pelo visível e pelo invisível da suas paisagens e subúrbios.

Trata-se, agora, de resultado de um processo intermediado pelo que diz respeito à reestruturação imobiliária, dizendo respeito ao tanto ao campo da produção como ao campo de consumo das corporações multinacionais, que se tornam os motores do processo econômico e emulam a desconcentração urbano-industrial. Por isso, de um lado, a reestruturação intensifica a centralização do capital, bem como amplia e intensifica a internacionalização da atividade imobiliária. De outro lado, se faz acompanhar de formas urbanas e arquitetônicas novas relativa à expansão metropolitana: metamorfoseia-se o urbano na transformação da metrópole incorporando produtos da reestruturação imobiliária. Assim, a metropolização passa a incorporar novos espaços ao processo, a metrópole se reafirma na primazia de seu centro urbano e pela concentração das atividades econômicas e de serviços especializados relacionados, principalmente, à gestão. A gestão do conhecimento e da informação funciona para expandir o capital e contém uma densa rede material e imaterial para intensificar fluxos e a conexão com a rede mundial.

Essa reestruturação significou tanto a homogeneização de condicionante da produção de outras necessidades da acumulação capitalista, mas representou, também, alterações nas funções sócio-espaciais da metrópole e nas relações entre as cidades, agora mais integradas entre si e mais fortemente subordinadas às atividades centrais, em sua maioria localizada nas novas áreas centrais de São Paulo. Mas, também esse processo de expansão metropolitana acentuou a segregação no interior das cidades da região e algumas diferenças entre elas, dando origem a edge-cities, condomínios, conjuntos habitacionais, etc.

Assim, vemos que processos da globalização e da metropolização se correlacionam na emergência de formas sócio-espaciais estruturantes da contemporaneidade capitalista. Essa duplicidade de processos se dá intermediada pela reestruturação imobiliária, que apesar da descontinuidade que essa reestruturação representa ela só acontece pela continuidade da função que desempenha na estrutura emergente: acumular capital, ainda mais. As empresas corporativas e as metrópoles expandidas,



necessariamente adjetivadas porque são formas capitalistas do passado é conveniente frisar, mas ganham relevância nesse processo de múltiplas reestruturações. Não se dissolve a sua paisagem; todavia se modificam e visível e invisivelmente modificadas pelas redes em movimento, tendem a tornarem-se formas subordinadas face às novas formas em que se reestruturam tanto a sociedade como o espaço. E é a partir desse entendimento da reestruturação imobiliária como processo de intermediação da globalização e da metropolização conformado na expansão metropolitana de São Paulo que vamos seguir discutindo as particularidades da emergência de um novo tipo de cidade ou modelo de metrópole.

## **2. Rediscutindo o essencial urbanização à metropolização.**

Nesta parte a exposição referencia-se à interpretação das recentes transformações de São Paulo e busca discutir a noção de periferia como essência de uma fase da urbanização da cidade. Assim, a referencia continua sendo a expansão metropolitana de São Paulo, mas já tendo sido conceituado o processo de reestruturação imobiliária como um momento a partir do qual se pretende avançar na indagação inicial sobre qual seria o sentido da transformação urbana das metrópoles latino-americanas, procura-se enfrentar esta pergunta por este aspecto que pode ser considerado uma característica persistente da urbanização na cidade de São Paulo: a precariedade da periferia.

Busca-se retomar estudos sobre a cidade de São Paulo em aspectos considerados relevantes para essa discussão, por exemplo, quando se falou em esgotamento do padrão periférico de crescimento urbano e, também, em uma diminuição perversa da segregação.<sup>5</sup> Primeiro, porque indica como chamado padrão periférico de crescimento urbano era considerado essencial e parte de uma interpretação hegemônica do crescimento da cidade, a partir da qual se consagrava o entendimento da relação centro-periferia como um modelo, que descrevia um Estado impotente frente ao crescimento urbano que resultava da industrialização, especulação e periferização da moradia operária.<sup>6</sup> Segundo, porque esta interpretação da expansão metropolitana esta sendo considerada insuficiente para explicar alguns problemas e transformações

contemporâneas, e uma superação do modelo centro-periferia permite abrir discussão de aspectos, muitas vezes, relegados.<sup>7</sup> Até porque rediscutir essas interpretações permite renovar a compreensão do presente e, também, do futuro da cidade podendo a expansão metropolitana ser repensado como um processo urbano em sua totalidade, não mais apenas como resultado de uma das partes do crescimento da cidade: a periferia. Para Camargo et alli (1975, 35) a "periferia é o destino residencial dos trabalhadores, ainda que haja áreas vagas em locais mais próximos do centro, ou melhor, providos de recurso básicos."

Nos anos 1970 percebia-se que a noção de periferia tornou-se sinônimo de marginalização, exclusão social e pobreza, argumentavam Camargo et alli (1975) que o deslocamento de moradias operárias para as áreas mais distantes era tão preponderante, que essa dinâmica periférico de crescimento da cidade caracterizava um padrão urbano. Todavia era uma visão parcial do crescimento, visto que considerava apenas o crescimento horizontal da cidade, os locais onde a população trabalhadora conseguia construir a sua moradia em São Paulo.

Em vários trabalhos dessa década se discutiu como esse processo de crescimento horizontal, que marginalizava a população pobre era não só específico da urbanização brasileira, mas também da América Latina. Neste contexto, a urbanização precária estava a serviço da indústria resultando em grandes cidades, cada vez maiores, desordenadas e desiguais.<sup>8</sup>

Disso nos lembra a crítica de Oliveira (1972 e 2003) ao dualismo da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), que separava a modernização e os setores tradicionais da sociedade e não podia, por isso, compreender a função da persistência de formas de economia de subsistência no âmbito da cidade ou do chamado inchaço do terciário.

Neste trabalho clássico Oliveira (1972) tratou, na época, de superar a razão dualista, propondo rever o modo de pensar a economia em que boa parte da intelectualidade dilacerava-se frente ao dilema de denunciar o crescimento da pobreza latino-americana e explicá-la pelo círculo vicioso da cultura da pobreza. O problema era o dual-estruturalismo com que se via a economia e toda questão do desenvolvimento

transformada assim em uma oposição entre nações e deixando passar despercebido o fato de que o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas argumentava Oliveira (1972 e 2003)

Pelo ponto de vista de Oliveira todo o processo que segregava a população e criava uma percepção de crescimento desordenado da cidade tinha que ser compreendido pela perspectiva teórica das lutas internas em que o crescimento das cidades latino-americanas tal como nas cidades brasileiras “não pode ser entendido senão dentro do marco teórico onde as necessidades da acumulação impõem um crescimento de serviços horizontalizado, cuja forma aparente é o caos das cidades.” (1972, 31)

Essa foi a chave do entendimento com que o pensamento sobre o desenvolvimento brasileiro recusou a interpretação dualista da economia. Paradoxalmente, no desenvolvimento urbano se manteve o dualismo ou até se viu reforçado por essa crítica à razão dualista da economia que argumentava como o crescimento periférico da cidade era condição para o desenvolvimento industrial.

Apesar dos esforços para superação dessa visão dual se tornou hegemônico na urbanização o modelo centro-periferia, que só vai começar a ser questionado muito recentemente, no final dos anos 1990. Nesse modelo a cidade não se constitui em sua totalidade como objeto de conhecimento, devido ao tratamento isolado de suas materialidades, formas de produção ou partes: periferia ou centro. Tende ocorrer equívocos quando se isola partes, produtos ou se foca apenas uma das formas de produção sem contrapô-las com de modo dialético.

A formulação de um pensamento dialético torna-se condição para compreender , como totalidade, as contradições do processo urbano e avança o conhecimento sobre a cidade quando aproximar referências – globais e locais - que interpretem a emergência de uma nova “cidade”. A discussão dessas referências para a América Latina tem em vista menos idealizar um modelo do que construir uma totalidade dos processos em questão, já que uma das constantes presentes na transformação metropolitana é, além da globalização, o aprofundamento das persistentes e graves desigualdades sócio-espaciais localizadas.

Então, o que se pretende é construir um objeto-processo de conhecimento cuja representação condensada das contradições sócio-espaciais do desenvolvimento capitalista presente na transformação das metrópoles latino-americanas. Seria, também, uma representação da aceleração e concentração de processos ocorridos nas últimas décadas, da correlação da industrialização e da urbanização na produção da cidade contemporânea: a reestruturação imobiliária. Representação, como é suposto, que interprete as contradições e os processos intensificados pela globalização, mas que concentrados e centralizados pelos efeitos da metropolização se revela como aumento de diferenças entre setores da economia, desigualdades no mercado de trabalho e na segregação espacial dos grupos sociais.

A globalização e a expansão metropolitana contemporânea foram examinadas, acima, como processos distintos, apesar da pluralidade de elementos que os associam na transformação da cidade. Foram referidos e confirmados na função capitalista de processos com forte interação a serem compreendidos em suas contradições pela intermediação da reestruturação imobiliária dando conta de sua “dinâmica essencial” em que rasgos y tendencias se redefinen, se transformam y se afirman bajo la lógica específica de la urbanización capitalista”, argumenta Mattos (2002,10). Será que se poderia afirmar que a reestruturação imobiliária define o momento atual da urbanização latino-americana? Aliás, tal como se aceita que a reestruturação produtiva no setor industrial configura a emergência de uma nova da economia, de uma organização industrial nova, etc.

Todavia, não se trata de encontrar analogias ou proposição da palavra reestruturação em uso em outros campos do conhecimento, mas de construir aquelas referências na reestruturação imobiliária capaz de torná-la um objeto de conhecimento da totalidade do processo de expansão metropolitana. Aqui a tentativa é de construção teórica capaz de apreender a totalidade dos processos e contradições sócio-espaciais, esta construção teria avançado ao ser unificado na idéia de reestruturação a intermediação dos processos de globalização e de metropolização, esta idéia pode dar agora uma resposta ao agravamento das contradições, processos e desigualdades.<sup>9</sup>

Já vimos que muitos trabalhos relevam os efeitos da globalização ao caracterizarem a transformação latino-americana, nisto coincidem a maioria dos estudos sobre a urbanização e o território metropolitanos, como indica Mattos (2002, 5). Assim, verifica-se que na caracterização da transformação metropolitana não há somente a persistência e agravamento das desigualdades sócio-espaciais, ou seja, ao lado dessas contradições que permanecem surgem outras. Essas se revelaram, inclusive antes da globalização, um traço unificador dessas metrópoles cuja essência era a pobreza e os problemas urbanos que representavam nas cidades da América Latina.

Tomado por esse aspecto, pobreza e problemas urbanos traçam uma continuidade que se tornou mais grave. Mas, se for apenas agravamento não aponta para o novo, se trataria de mera “reedição ampliada do passado”. Mas, o que seria o traço novo na urbanização? Pretendemos dizer que é a reestruturação, até porque esta se revela uma noção explicativa capaz de intermediar a globalização com as suas mudanças na economia internacional, o Estado reformado e miniaturizado em suas estruturas e, sobretudo, a ocupação do território pelas corporações oligopolistas e tornando as cidades “máquinas de lucro” e estratégicas para inserção mundial.

Malgrado as diferenças históricas, sempre presentes no que diz respeito á urbanização, há que considerar seus vínculos com industrialização, que em cada país permite distinções de grau e tipo de desenvolvimento industrial, a solução habitacional latino-americana não foi tão variada. A diversidade ocorreu mais nos nomes – *barriadas, callampas, cortiços, favelas, mocambos, palafitas, ranchos, vecindades* – que na realidade dos diferentes países: solução fora do mercado habitacional se constituiu num traço comum. Mas, dentro e fora do mercado, o comum é a precariedade e a irregularidade da construção, quase sempre associada à ilegalidade da posse.

A solução habitacional comum caracteriza-se por ser massiva, pobre e mal construída distinta da dos cidadãos típicos porque mais submissa aos processos espoliativos. Essa distinção se constituiu num traço essencial da urbanização latino-americana tanto que o problema urbano básico das cidades sempre foi o *habitat* dessa população, que num determinado período foi considerada marginal.<sup>10</sup> Para a teoria da modernização o desenvolvimento latino-americano não incorporava essa população na modernidade, o

que mantinha o “tradicional” e caracterizava uma marginalidade dual. Depois, com a crítica dessa teoria houve a negação desse dualismo e ficou reconhecida a inserção perversa dessa população nas estruturas produtivas e como era da maior importância para a acumulação capitalista nos países da América Latina.

A importância da inserção dessa população para a industrialização na cidade de São Paulo é, particularmente, conhecida em suas ambigüidades e contradições. Desde o início da industrialização por substituição de importações mas, sobretudo desde 1940 tornou-se maior a dispersão de moradia de trabalhadores para as áreas periféricas, fazendo a cidade crescer, sobretudo na sua franja em terras ainda não urbanizadas.

O padrão periférico de crescimento urbano é essa urbanização precária porque sem urbanismo, mas considerada essencial para a compreensão de como se combinam industrialização e urbanização em São Paulo. Este padrão tem sua peculiaridade na difusão de casas construídas pelos próprios moradores em aglomerações sempre periféricas como consequência da localização distante da moradia popular, nesse padrão o essencial é a periferia como expansão da cidade.

Esta periferização fez crescer o território ocupado pela cidade de São Paulo e interligar vários fatores de crescimento urbano, entre eles o principal é o próprio avanço da industrialização, que espalhou fábricas e moradias de trabalhadores por onde tinha terras a preço baixo, quase sempre áreas desocupadas à beira de estradas. Tanto que, a "casa própria" construída em local distante pelo próprio morador foi a forma preponderante de habitação popular na Grande São Paulo, onde se estima que 63% das moradias foram obtidas a partir desse processo denominado autoconstrução, fazendo a metrópole se estender e ocupar, em 1980, área territorial dez vezes superior à de 1930.

Vale reiterar que essa descrição rápida busca caracterizar - a partir de São Paulo - um padrão de ocupação do solo típico da urbanização associada à industrialização da substituição de importações: uma modernização urbana que na sua essência gera as periferias na América Latina. Com essa caracterização busca-se frisar a necessidade de discutir a atual especificidade da construção da cidade, mostrar que houve mudança e esse padrão parcial não permite mais compreender a dinâmica da cidade.

Atualmente, esta interpretação que explicava a periferia da cidade mostra a sua insuficiência para explicar a sua expansão contemporânea.

Mas para avançar a discussão sobre a mudança da urbanização é preciso perceber que houve uma mudança essencial. A expansão da mancha urbana em São Paulo, tal como em outras cidades da América Latina, se dava pelos extremos da mancha com uma “ocupação pobre, extensiva, horizontalizada que ganhou apelidos ‘inchamento’, ‘cinturão de pobreza’, espaço marginal” (MARICATO: 1979; 83) Ela era resultado de urbanização a serviço de uma industrialização por substituições de importações que combinava superexploração e sobretrabalho em que a construção da casa própria pelo trabalhador na periferia era fundamental. Hoje a expansão metropolitana não se dá mais por essa fronteira urbana da acumulação industrial, trata-se de um novo momento em que a “ocupação pobre” da periferia perdeu função para outras formas de ocupação.

É preciso lembrar que já há duas décadas, houve uma desconcentração industrial e São Paulo começou a funcionar associada ao capital globalizado apresentando maior subordinação financeira e á acumulação internacional. Trata-se agora, portanto, de um momento que diz respeito à reestruturação global do capital em que as grandes empresas corporativas, motor da economia globalizada e emulação da reestruturação imobiliária buscam novos artefatos arquitetônicos e urbanos para localizarem a suas atividades de gerenciamento e estabelecimento industrial. Tanto que de um lado, começou-se a ver o surgimento de novos centros metropolitanos de administração, de negócios e comercialização, etc.; e, de outro, a metrópole organizou novos territórios para a produção, que se constituem em redes – materiais e imateriais – que podem estar espalhados e à distancia, envolvendo inclusive vários municípios, porque envolvem uma nova combinação: tecnologia digital e precarização do trabalho

Assim, se configura na expansão metropolitana simultaneamente, centralização e extensão territorial. Metamorfoseia-se a metrópole tanto pela transformação e surgimento de áreas centrais, como pelo desenvolvimento do espaço metropolitano associado ao processo de reestruturação urbano-industrial. Esse espaço metropolitano ampliado incorpora novos territórios ao processo de metropolização, mas sobretudo

reafirma a primazia das centralidades do capital por concentrar atividades de serviços especializados relacionados, principalmente, a gestão do capital. De forma que a metrópole passa a conter uma densa rede social e territorial articulada com a acumulação global, por meio de fluxos imateriais que redefinem a inserção dessa estrutura sócio-espacial na rede mundial.

A intensidade de exploração do trabalho na América Latina tem raízes históricas na montagem dessa estrutura mundial e ela reafirmou-se como uma condição estrutural perversa na acumulação industrial em São Paulo, combinando exploração e processos espoliativos na construção da cidade. Hoje, a globalização, mais uma vez, vem exacerbar esses processos, mas tende sobretudo a modificá-los por priorizar a utilização do trabalho qualificado e tornar importante algumas formas de precarização do trabalho, como a terceirização.

Neste contexto, a reestruturação imobiliária, também, modifica os processos espoliativos, que se apóia em novos instrumentos criados pelas políticas estatais, como as operações urbanas e imobiliárias e prioriza megaprojetos que movimentam maior volume de capital na produção imobiliária de diferentes artefatos urbanos e arquitetônicos. Destaque-se no espaço metropolitano os produtos imobiliários – flats, edge-city, condomínios horizontais, escritórios, hotéis, shoppings centers, urbanização cerradas, etc - para as classes altas como uma nova forma de privatização da cidade. Mas, frise-se a função da cidade para reprodução do capital amplia-se com a reestruturação; o espaço se reestrutura em suas formas arquitetônicas, urbanas e, também, nas formas de produção e apropriação criando uma paisagem em que discontinuidades visíveis e invisíveis evidenciam a novidade essencial da metropolização.

## **Conclusão**

A configuração centro-periferia continua a polarizar várias cidades latino-americanas, como se pode verificar em São Paulo e outras grandes cidades. Todavia, o significado



desta oposição se modificou e não explica mais pelo crescimento periférico da cidade, este modelo tornou-se insuficiente. Além, forças dos processos de globalização como a reestruturação produtiva, a internacionalização e a financeirização estão se associando à produção espaços urbanos novos tais como centros empresariais, escritórios, hotéis, flats, shoppings centers, etc. que espaços diversificados e desiguais com uma nova distribuição dos grupos sociais. As atividades de produção e consumo correspondentes a essa nova distribuição sócio-espacial configuram a emergência do novo: o espaço metropolitano.

A totalidade da forma urbana de São Paulo, há muito não se limita ao município, tão estendido foi o seu território durante a fase da industrialização substitutiva de importações, sobretudo pelo predomínio da produção periférica da habitação para os trabalhadores. Hoje, essa forma está sendo impactada pela homogeneização advinda da nova distribuição dos grupos sociais e das atividades metropolitanas em que a reestruturação da produção imobiliária se impõe na paisagem e emula a expansão metropolitana da área onde se espalham as fábricas distribuídas pela desconcentração industrial que em alguns eixos atinge a distância de cerca 300 quilômetros, conurbando inclusive cidades fora RMSP oficialmente definida. Reforça-se, nessa expansão metropolitana uma configuração espacial hierárquica com aparência dispersa e desigual que contraditoriamente se impõe pelas forças da homogeneização e da fragmentação. A forma desta enorme aglomeração tende a ser, cada vez mais, a de inúmeras urbanizações confinadas e dispersas, todavia cada vez autônomas, porque cada vez mais centralizadas pela sede da metrópole que lhe empresta o nome.

Esta imagem do espaço metropolitano apresenta, em aparência semelhanças com descrições de Los Angeles, que tende a configurar o modelo mais acabado de produção do espaço pelo capital contemporâneo. Todavia em cidades latino-americanas as diferenças na produção social do espaço tendem tornar-se tão desiguais que talvez o modelo de cidades de países desenvolvidos não se aplique. Por outro, lado as multifacetadas diferenças – para o bem e para o mal - das cidades contemporâneas revelam que nenhuma dualidade pode dar conta das tamanhas oposições que saltam à vista. Assim, a guisa de conclusão poderia se reiterar que

neste espaço metropolitano, mudado pela globalização, a complexidade das oposições e conflitos sócio-espaciais não se isolam em dualidades.

Poder-se-ia afirmar ainda sobre a questão do dualismo, que autores como Santos (1978 e 2004) e Oliveira (1972 e 2003) sempre negaram a qualquer dualização. Argumentando sobre as implicações do reconhecimento da existência do “espaço dividido” e insistindo sobre a necessidade de discutir as teorias consagradas para Santos (2004, 23) o desafio era o de construir um “novo paradigma no sentido que é entendido por Kuhn (1962), quando diz que as ciências não evoluem pelo acúmulo de experiências baseadas em realidades historicamente ultrapassadas, mas pela descoberta de novas formas de abordagem em função das realidades do presente.”

Era e continua sendo o desafio, atualmente, reforçado pela mudança das cidades no mundo globalizado. Tanto nas cidades dos países ricos como nas latino-americanas a reestruturação representa descontinuidade com a herança imediata da cidade dando sentido a importantes combinações urbanas, inclusive das antigas formas e funções com as novas, que emergem ganhando tempo e espaço para melhor servir à reprodução social contemporânea.

Cabe pôr em relevo que a contemporaneidade dessas mudanças com respeito à indústria e à urbanização na metrópole de São Paulo só vieram em reforço das condições de exploração do trabalho e de espoliação do morador tradicionais na construção capitalista da cidade. Portanto, ao buscarmos compreender a mediação entre a globalização e a mudança por meio da reestruturação nos podemos concluir que, particularmente na América Latina, estamos frente à possibilidade de uma “cidade” ainda maior e desigual, como se não houvesse limites.

O desafio que representa esses problemas e processos, cabe reiterar, continua sendo a construção de um “paradigma”, conforme argumentou Santos (2004). Talvez, se essas questões forem mais profundamente pesquisadas a complexidade que envolve a reestruturação e a expansão metropolitana será mais bem conhecida em sua mudança e totalidade. Cabe insistir que para dar conta do emergente como mediação entre o “velho” e o “novo” existe a necessidade de repensar a produção teórica e os esquemas de compreensão das cidades.

## Bibliografia

- Borja, Jordi & Castells, Manuel. 1997. *Local y Global. La gestión de las ciudades en la era de la información*. Madrid: Taurus.
- Camargo, C. et alli. (orgs.). 1976. *São Paulo, 1975. Crescimento e Pobreza*. São Paulo: Ed. Loyola.
- Chesnais, François et alli. 2003. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã.
- Kowarick, Lúcio. 1975. *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. 2000. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34.
- Lefebvre, Henri. 1979. *Lógica Formal, Lógica Dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. 1999. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Maricato, Erminia. 1979. *A Produção capitalista da Casa (e da Cidade)*. São Paulo: Alfa-Omega.
- Massey, Doreen. 1985. *Spatial Divisions of Labour*. London: Macmillan.
- \_\_\_\_\_. 2006. La conceptualización del espacio y la cuestión de la política en un mundo globalizado. En Silva, Lima & Elias. *Panorama da geografia brasileira*. 11 – 22. São Paulo: Annablume.
- Mattos, Carlos A de. 1999. "Globalización y expansión metropolitana: lo que existía sigue existiendo." *Revista EURE*. 36 (76): 29-56.
- \_\_\_\_\_. 2002<sup>a</sup>. "Mercado metropolitano de trabajo y desigualdades sociales en el Gran Santiago. Una ciudad dual?" *Revista EURE*, 28 (85): 51-70.
- \_\_\_\_\_. 2002. "Transformación de las ciudades latinoamericanas. Impactos de la globalización?" *Revista EURE* 38 (85): 5-10.
- Oliveira, Francisco. 1972. "A critica da economia brasileira: crítica à razão dualista". En *Estudos Cebrap*. 2:
- \_\_\_\_\_. 1979. "Prefácio" En Maricato, Erminia. *A Produção capitalista da Casa (e da Cidade)*. 13-19. São Paulo: Alfa-Omega.
- \_\_\_\_\_. 2003. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.
- Santos, Milton. 1978. *Pobreza Urbana*. Recife: UFPE.
- \_\_\_\_\_. 2004. *O Espaço Dividido*. São Paulo: Edusp.
- SEMPA. 1989. *São Paulo, Crise e Mudança*. São Paulo: Brasiliense.
- Torres, Haroldo et alli. 2003. "Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo." *Estudos Avançados* 17 (47) : 97-128.

---

## Notas

<sup>1</sup> Pode-se considerar que As cidades de Buenos Aires, Cidade do México, Lima, Montevideu e Santiago do Chile foram diretamente referenciadas nas duas pesquisas, enquanto que a Cidade do México, Montevideu e Rio de Janeiro foram apenas em uma delas.

<sup>2</sup> A reestruturação considerada como uma "idéia resolve essas contradições que sempre ressurgem. Sob esse ângulo, aparece como *razão dialética*: unidade da análise e da síntese, unidade do entendimento e da razão, a unidade do universal e do concreto." (Lefebvre: 1979, p. 236) (grifos do original)

---

<sup>3</sup> “O erro do entendimento, [...], não é o de criar essas oposições. Muito ao contrário: essa é a sua função. Seu erro está unicamente na *paralização do movimento*, no momento em que o movimento pára e em que os opostos ou contraditórios, fundados naturalmente em suas oposições ou contradições, conservavam-se isolados, separados; na verdade, a análise deles deveria oferecer precisamente a ocasião para captar sua unidade racional.” (Lefebvre: 1979, 233) (grifos do original)

<sup>4</sup> Esta aumentando o número de pesquisadores que estão respondendo afirmativamente à questão de que se estaríamos vivendo uma nova fase, regime ou estágio no capitalismo. Vide, por exemplo, Chesnais et al. (2003).

<sup>5</sup> Vide SEMPLA (1989).

<sup>6</sup> Talvez o texto fundador desta interpretação seja o *São Paulo, 1975. Crescimento e Pobreza*: “Como acumulação e especulação andam juntas, a localização da classe trabalhadora seguia os fluxos dos interesses imobiliários. No contexto explosivo do crescimento metropolitano, o Poder Público só se muniu tardiamente de instrumentos legais para tentar dar um mínimo de ordenação ao uso do solo.” (Camargo et alii: 1976, 26)

<sup>7</sup> Vide: Torres, Haroldo, et alii (2003)

<sup>8</sup> Vide Castells, (1970) e Kowarick (1975)

<sup>9</sup> Cf. Lefebvre uma “idéia pode ser definida de múltiplos modos, como unidade de todas as grandes noções opostas que entendimento separou: conceito e real, sujeito e objeto, essência e existência, teoria e prática ideal e real.” (1979, p. 233)

<sup>10</sup> Num primeiro momento predominou o “conceito de marginalidade” com uma definição espacial, segundo a qual marginal é toda população urbana que vive em favelas (ou em ‘barriadas’ ou ‘villas miserias’ ou ‘callampas’).